

PLANO DE TRABALHO

ATIVIDADE	COMO (RE) PENSAR O DIREITO ATRAVÉS DA ARTE								
RESPONSÁVEL	ILANA ALÓ CARDOSO RIBEIRO								
CÓDIGO		SEMESTRE	2024.1	PERÍODO	1°	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	A arte é uma forma de expressão do pensamento que denota momentos históricos, políticos e jurídicos através da literatura, pintura, música e outras representações. O pensamento jurídico brasileiro apesar de beber de fontes estrangeiras, tem características próprias que foram forjadas a partir de momentos democráticos e autoritários que podem ser analisados de diferentes frentes. A arte é uma forma de análise conjuntural, assim, o aluno matriculado nessa ATC estudará: as características do pensamento jurídico brasileiro através da arte; as construções de sentido; o surgimento de movimentos sociais; o papel da arte em momentos antidemocráticos; arte e redemocratização; arte e democracia. Ao finalizar essa disciplina o aluno será capaz de entender como o pensamento político, jurídico e histórico influencia nas representações artísticas e construções de sentido.								
OBJETIVOS	O objetivo dessa ATC é proporcionar ao aluno um panorama da evolução do pensamento jurídico brasileiro através da arte, e para isso serão desenvolvidas diversas habilidades tais como: capacidade de leitura crítica e discussão qualificada; análise de conjuntura e mudança estrutural social; realizar estudos críticos e comparados dos momentos históricos; desenvolver o conhecimento artístico; analisar como o direito impacta o contexto histórico e por conseguinte a arte.								
METODOLOGIA	A ATC adota o método dialético que busca uma construção coletiva do conhecimento. Para tanto serão utilizadas estratégias como aulas expositivas dialogadas, estudo de textos, realização de seminários e fóruns de discussão. A leitura e análise prévia do material enviado se torna primordial, assim como a participação do aluno e assiduidade. As atividades estão organizadas em 15 encontros teóricos/práticos onde serão trabalhados seminários apresentados pelos alunos baseados em textos/representações artísticas previamente acordados, e, posteriormente será realizada uma discussão coletiva e analítica a partir da apresentação. Na primeira aula se dará a divisão das tarefas.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018		Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	x	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	x	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	x	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	x	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	x	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	x	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	x	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
x	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
x	Outras: analisar conjunturas e representações artísticas								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Exposição das temáticas da ATC e distribuição de tarefas.								
2	A estruturação da arte colonial: percepções de Brasil.								
3	Guerras de independência e arte.								
4	A independência do Brasil e suas representações.								
5	Arte e escravidão.								
6	Chegou a República: Tiradentes e a busca por um herói.								

7	O congresso das raças: período eugenista e semana de arte moderna.
8	A arte no Estado novo.
9	Pequeno período democrático.
10	Arte e ditadura militar 1.
11	Arte e ditadura militar 2.
12	Processo de redemocratização: “Ideologia, eu quero uma pra viver”.
13	A arte popular contemporânea.
14	Representações do hoje.
15	Aula final. Balanço do aprendizado.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	As atividades estão organizadas em 15 encontros teóricos/práticos onde serão trabalhados seminários apresentados pelos alunos baseados em textos/representações artísticas previamente acordados. Na primeira aula se dará a divisão das tarefas. Serão 2 ou mais alunos responsáveis por cada exposição, atuando na relatoria e na revisão. Os alunos que expõem os seminários devem entregar também uma resenha crítica do tema apresentado e dependendo da quantidade de alunos os seminários poderão ser em grupo. Após cada apresentação haverá a discussão dos temas, que deverão ser lidos/analísados por toda a turma. A exposição valerá 6,0 e o texto apresentado valerá 4,0. provas, trabalhos, testes, participação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	LOPES, Ney. SIMAS, Luís Antônio. Dicionário da história social do samba. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015. PORTO, Renan Nery; FALEIROS, Thaísa Haber. A arte como forma de (re)produção de subjetividades no sistema jurídico. In: FRANCA FILHO, Márcio Toscano; TRINDADE, André Karam; BENTES, Hilda Helena Soares (coord.). Direito, arte e literatura I. CONPEDI/UFPB (org.). Florianópolis: CONPEDI, 2014. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ALENCASTRO, Luiz Felipe. O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira. Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental — ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF). Texto apresentado pelo autor, como representante da Fundação Palmares, na Audiência Pública do STF sobre as cotas universitárias para negros. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 HOLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial: seleção de Lilia Moritz Schwarcz. 1a ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012 SEELANDER, Airton Cerqueira Leite. Juristas e ditaduras: uma leitura brasileira. In: FONSECA, Ricardo Marcelo; SEELANDER, Airton Cerqueira Leite (Orgs.) História do direito em perspectiva: do antigo regime à modernidade. Curitiba: Juruá Editora, 2012. SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras.